

EM DEFESA DA LIBERDADE.

PORQUE SOMOS O PARTIDO DA LIBERDADE.

A Iniciativa Liberal trouxe à política em Portugal o arvorar da Liberdade Individual como o valor político mais importante.

Haverá outros valores mais importantes — mas não em política, não no relacionamento entre o Estado e os Indivíduos.

Desde o 25 de Abril de 1974, a Liberdade tem sido cantada e cooptada por todas as forças políticas portuguesas. Todavia, chegados a 2021, é evidente para muitos de nós (mas, infelizmente, não para todos) que a Liberdade que nos foi prometida, ou tarda em chegar, ou, o que é mais certo, não é Liberdade nenhuma, porque não é Liberdade Individual. É outra coisa qualquer.

O único conceito de Liberdade que verdadeiramente interessa está indelevelmente ligado ao Indivíduo. Um Povo pode ser perseguido, mas nós não choramos o mal de um Povo, por razões políticas, nós choramos o mal de milhares ou de milhões de indivíduos, homens, mulheres, e crianças, por razões éticas.

Nós, Liberais, não temos o luxo de nos escondermos atrás das estatísticas, como os comunistas ou os fascistas. Nós sentimos o sofrimento de cada inocente, o valor inestimável de cada vida que se extingue, o grito lancinante de cada sevícia que se inflige, de cada momento de Liberdade que se rouba em nome do que alguns definiram como o “bem comum”.

Não é fácil ser Liberal.

Nenhum dos subscritores desta moção entrou na política em busca de facilidades, ou de prestígio, ou de riqueza. Cada um dos subscritores desta moção entrou na política para criar um Portugal melhor para os seus filhos e para os filhos de todos os Portugueses. A prova deste facto é que não se acomodam. Principalmente, não se acomodam perante o ocaso da Liberdade Individual. E uma coisa é garantida: nada têm a ganhar com isso.

Na base do nosso Liberalismo está a oposição radical entre o Poder e o Indivíduo. O Poder sobre um Indivíduo é o arquétipo do iliberalismo.

O Poder é a faculdade de forçar os indivíduos a fazer (ou a deixarem de fazer) coisas que outrossim não fariam.

O Poder não se resume ao poder político, mas o primeiro alvo de um partido político liberal deve ser a limitação do poder do Estado sobre as vidas dos Indivíduos.

A Iniciativa Liberal deve defender a Liberdade Individual em tempos de paz, em tempos de guerra, em tempos de cólera, em tempos de Covid.

Sempre que a Iniciativa Liberal compactua sem protesto com limitações impostas pelo poder político à Liberdade Individual a pretexto de um qualquer pânico moral — a “emergência climática”, o “discurso do ódio”, a pandemia, etc. —, a Iniciativa Liberal está a desiludir profundamente os subscritores desta moção, e a alienar os Portugueses que amam a Liberdade. Quantas centenas ou milhares de Liberais já não se terão perdido?

A Iniciativa Liberal não pode ser imparcial perante os ataques à Liberdade. A Iniciativa Liberal tem que ser a Advogada, a Fiduciária, a Campeã da Liberdade.

A Iniciativa Liberal deve presumir sempre que qualquer limitação à Liberdade Individual é injustificada, até prova cabal em contrário. Deve exigir explicações,

deve questionar, deve bater-se corajosamente pela Liberdade até ao último fôlego.

Em suma, a Iniciativa Liberal deve ser visceralmente céptica relativamente ao Poder, em especial ao poder político. Deve ser uma defensora acérrima dos Indivíduos contra a invasão e a usurpação das suas Vidas e das suas Liberdades pelo Estado, ou por quem quer que seja.

A Iniciativa Liberal não deve ser dócil — deve ser incómoda.

Novamente, não é fácil. Mas nenhum de nós espera facilidades na política.

A Iniciativa Liberal deve ser contrária a todos os unanimismos, a todos os consensos, a todos os argumentos baseados apenas na autoridade.

Isto não implica aceitar “terraplanismos”.

Isto implica defender a liberdade de expressão de todos, e não apenas daqueles que concordam connosco e com quem nós concordamos. Implica o ónus, tantas vezes desgastante e aborrecido, de enveredar a cada passo numa discussão inteligente e leal de ideias. Implica discordar livremente. Implica ter as nossas opiniões, conceitos, e certezas permanentemente em cima da mesa do mercado de ideias, e constantemente em risco de serem refutadas e falseadas.

Não é fácil. Mas nenhum de nós espera facilidades.

Somos individualistas, porque cada Indivíduo é um Universo, cada pessoa é um fim em si mesmo. Isso não implica não termos consciência, coração, ou amor ao próximo. Implica partir do Indivíduo para a Política.

Pensar a Política, como alguns — poucos — nesta sala defendem, ao nível do colectivo, não é ser Liberal. É ser socialista, é ser social-democrata, é ser complacente com o Poder.

Fazendo um excuro pelos Pais do Pensamento Liberal, aprendemos que:

No espírito de Locke, todos os homens nascem iguais e são iguais perante a lei, sendo a propriedade privada legítima, e devida ao trabalho do Indivíduo.

Constant ensinou-nos que a liberdade é a condição da existência que permite ao indivíduo rejeitar a interferência do Estado ou da sociedade.

Constant e Bastiat demonstram-nos que as trocas comerciais entre indivíduos livres são superiores ao conflito.

Bastiat observa como o Estado pode, nas suas políticas dirigistas, ser opressivo para com o cidadão, colhendo abusivamente o fruto do seu trabalho, para lhe dar outros usos que não a prossecução da felicidade.

Staël avisa-nos sobre os tiranos e a necessidade de limitação do poder pela via constitucional.

Jeremy Bentham afirma que qualquer legislador deve ter por fim a promoção da felicidade. A qual só é possível, na leitura de Mill, através da inequívoca liberdade de expressão.

Adam Smith defende os mercados livres, mas não sem antes nos avisar sobre a empatia entre Indivíduos livres, sobre a generosidade e a responsabilidade de cuidar dos nossos próximos.

E Mises alerta-nos sobre a irracionalidade do planeamento característico do socialismo.

Por fim, Hayek explica-nos o quão vazio é o conceito de “justiça social”, pois não há resultados justos ou injustos no mercado, seja ele qual for, e afirma a necessidade de ponderar a tradição face ao progressismo.

Não é possível falar de Liberdade sem evocar Karl Popper, que, nos anos 30, veio propor o conceito de falseabilidade, o qual ainda hoje representa o *standard* daquilo que constitui ciência, por oposição a mera crença, dogma, ou patranha.

É a realização última da Liberdade de Expressão proposta por John Stuart Mill no capítulo II do seu *“Tratado Sobre a Liberdade”*. Aquilo que não pode ser questionado, nem é ciência, nem realiza a Liberdade: é mera política, ou religião, ou crendice, polvilhada do mais vil autoritarismo.

Em 1945 o mesmo Karl Popper publicou *“A Sociedade Aberta e Seus Inimigos”*, um libelo importantíssimo contra o comunismo, o fascismo, o coletivismo, e o autoritarismo. Em suma, uma ode ao Individualismo, uma ode à Liberdade Individual, uma ode à Democracia verdadeiramente Liberal.

Dessa obra avulta o célebre Paradoxo da Tolerância, tantas vezes mal enunciado, e ainda pior interpretado. O que Popper diz é o seguinte:

“A tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos tolerância ilimitada mesmo aos intolerantes, e se não estivermos preparados para defender a sociedade tolerante do assalto dos intolerantes, então os tolerantes serão destruídos, juntamente com a tolerância.

Nesta formulação eu não sugiro, por exemplo, que devemos sempre suprimir a expressão de filosofias intolerantes — enquanto pudermos contradizê-las através de argumentação racional e mantê-las em xeque pela opinião pública, a sua supressão será certamente deveras insensata.”

Mais uma vez, e contrariamente ao que os mais autoritários e intolerantes das nossas sociedades querem fazer crer, Popper defende a argumentação racional. Mais, a discussão pública de ideias desagradáveis, norteadas pela argumentação racional.

Popper nunca defendeu a aceitação de ideias desagradáveis, nem tampouco a sua supressão. Popper sempre acreditou, como John Stuart Mill, que as aproximações à Verdade se fazem discutindo, discutindo acerrimamente, mas sempre com base na Razão.

As ideias boas sobreviverão à discussão livre, pública, e racional. As ideias más serão corrigidas, ou cairão no ridículo, e eventualmente no esquecimento.

E na discussão das ideias podem os Indivíduos escolher as melhores, aquelas que se apresentam, a seus olhos (os únicos que interessam), como caminhos para a Felicidade.

Não nos falte à memória que nos últimos anos (independentemente dos partidos que governaram o País), o Indivíduo tem sido o alvo preferencial dos ataques do Estado, tendo sempre em vista a diminuição da sua Liberdade. Para obter o controlo das Pessoas. O domínio das diferentes dimensões das suas vidas:

- Da sua liberdade económica, com o aumento da sujeição financeira de pessoas e empresas face a um Estado que castiga o trabalho e o esforço, e que apenas quer criar mais pessoas dependentes para alimentar a sua expansão voraz, através da compra de votos pela promoção da subsidio-dependência.
- Dos seus direitos de propriedade, pondo e dispondo o Estado daquilo que lhe é alheio, seja através de políticas de controlo de rendas, do abuso na propriedade rural (observemos a “luta contra os incêndios”), ou de pretensas nacionalizações forçadas, como é exemplo a polémica acção do MAI contra os proprietários do ZMAR.
- Dos seus direitos fundamentais enquanto cidadãos, atacados na sua privacidade pela Autoridade Tributária e pelo Ministério Público, e sujeitos a processos simplesmente kafkianos, seja para abrir uma conta bancária, seja para justificar as suas escolhas enquanto consumidores.
- Da sua liberdade de pensamento e expressão, em vista à higienização do pensamento por via da auto-censura, num mundo em que cada vez mais uma ofensa real ou percebida (seja pelo visado, seja pela *intelligentsia* reinante) é confundida com discurso de ódio.

- Da sua liberdade enquanto Indivíduos capazes de fazerem as suas escolhas, na persecução da sua felicidade e da dos Seus — inibidos de se deslocarem no seu próprio país, coagidos a exporem-se a medicamentos experimentais pela obrigação de exibição de certificados sanitários, numa distopia criada por Estados com uma narrativa autoritária e maniqueísta do mundo.
- Da sua liberdade política, estando as instituições cada vez mais capturadas por uma oligarquia de interesses e compadrio, como são exemplo o caso da Directora do SEF, ou o da nomeação de procuradores europeus com menos qualificações, mas com cartão da cor política certa.
- Através de uma justiça lenta e cara, de difícil acesso, que impede o Indivíduo de fazer valer os seus direitos. Uma negação absoluta do Estado de Direito, pois num Estado em que não há justiça atempada, grassa a corrupção, a impunidade, e o crime sem castigo, e não pode haver Liberdade plena.
- E, finalmente, mas não de somenos importância, da imposição a cada um de nós de uma agenda de valores e costumes identitária, de um progressismo violento, através de engenharias sociais avessas ao senso comum e à tradição, que apenas criam cisões e em nada defendem a personalidade de cada Indivíduo.

A pandemia abriu todo um conjunto de oportunidades para muitas destas medidas, que primeiro se estranham e depois se entranham.

Ao abrigo de um suposto consenso científico, muito mal fundamentado, e de intensa pressão dos *media*, os Indivíduos são colocados sob o jugo da violência do Estado, que lhes coarcta a liberdade. Sempre em prol do colectivo, sob a égide do “bem comum”, e com o pretexto de controlar a pandemia, foram sendo impostas medidas inadmissivelmente restritivas das nossas Liberdades Individuais.

O direito à livre circulação, o direito à plena aprendizagem e socialização por parte das nossas crianças, o direito de acesso a cuidados de saúde não-Covid, o direito ao trabalho, foram e ainda são exemplos de direitos individuais atacados pelo actual governo, com o apoio do Presidente da República e da generalidade dos partidos com representação parlamentar. O mesmo se verifica com a actuação dos governos regionais, sendo o da Madeira o pior exemplo.

Estamos pois perante um clima de perseguição das opiniões não-conformes. A censura é agora legitimada em iniciativas legislativas, e temos uma sociedade cada mais intolerante para com opiniões diferentes, deixando a auto-censura como a única tábua de salvação para quem quer viver uma vida “normal”.

E, terminando esta narrativa de horrores cometidos contra a Liberdade, temos que conviver em silêncio com um certificado sanitário discriminatório, segregacionista, que não apela à ciência. Atropela-a. Serve apenas o medo, a dúvida, a ignorância e a insegurança, colocando uns cidadãos contra os outros. Não visa proteger a Vida, não visa proteger a Saúde, nem o bem-estar. É apenas mais uma ferramenta de controlo social, que infelizmente serve muito bem para aquilo para que foi desenhada.

POR TODO O EXPOSTO, VIMOS SUBMETER À VOTAÇÃO DOS MEMBROS DA INICIATIVA LIBERAL PRESENTES NA SUA VI CONVENÇÃO NACIONAL A PRESENTE MOÇÃO, QUE PUGNA PELA A DEFESA INTRANSIGENTE, INCÓMODA, INCANSÁVEL, PELA INICIATIVA LIBERAL DOS SEGUINTE PRINCÍPIOS:

- **A FUNDAMENTAL IGUALDADE DE TRATAMENTO DE TODOS OS INDIVÍDUOS PERANTE AS LEIS DESTE PAÍS E DE QUEM TEM O DEVER DE AS APLICAR, NÃO SENDO ADMISSÍVEL, SOB QUALQUER JUSTIFICAÇÃO, UM TRATAMENTO DESIGUAL À LUZ DA LEI;**
- **A LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO PELA TOTALIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL, INDEPENDENTEMENTE DO MOMENTO E DO MOTIVO, POR PARTE DE QUALQUER PESSOA;**

- **O DIREITO AO TRABALHO E AO SUSTENTO, IMPEDINDO-SE ASSIM QUE SE ENCERREM EMPRESAS E SE PONHAM EM CAUSA POSTOS DE TRABALHO, SEM QUE QUEM IMPÕS ESTAS MEDIDAS SOFRA IDÊNTICO PREJUÍZO (QUE NUNCA SOFRE);**
- **A IGUALDADE NO ACESSO À SAÚDE, INDEPENDENTEMENTE DA RAZÃO CLÍNICA QUE ORIGINOU A SUA NECESSIDADE;**
- **O DIREITO A RECUSAR UM ACTO MÉDICO, QUALQUER QUE SEJA A SUA NATUREZA (MEDICAMENTOSA OU CIRÚRGICA, DE DIAGNÓSTICO, PROFILAXIA, OU TRATAMENTO), SEM QUALQUER TIPO DE SANÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO;**
- **O ACESSO AO ENSINO, LIVRE DE DIRIGISMOS E IDEOLOGIAS, TENDO EM VISTA O LIVRE DESENVOLVIMENTO DAS NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS POR VIA DO SAUDÁVEL CONVÍVIO PRESENCIAL;**
- **A CAPACIDADE DE ACEDER E FREQUENTAR, LIVRE DE RESTRIÇÕES, TODOS OS ESPAÇOS E TRANSPORTES PÚBLICOS E QUALQUER ESPAÇO COMERCIAL DE NATUREZA PRIVADA;**
- **A INVIOABILIDADE DA PROPRIEDADE PRIVADA, COMO DIREITO NATURAL E INALIENÁVEL DO SER HUMANO E COMO FORMA DE GARANTIR A SUA INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE FACE AO ESTADO;**
- **A LIBERDADE E A INDEPENDÊNCIA DA IMPRENSA, E A IMPOSSIBILIDADE DE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SEREM POR QUALQUER FORMA CONDICIONADOS NA SUA ACTUAÇÃO PELO ESTADO, SEJA PELA VIA DIRECTA DA CENSURA, SEJA PELA VIA INDIRECTA DO SEU FINANCIAMENTO PÚBLICO;**
- **A CONSCIÊNCIA DE QUE CADA INDIVÍDUO, SEM QUALQUER EXCEPÇÃO OU PREFERÊNCIA, É UM SER DOTADO DE PERSONALIDADE ÚNICA E VONTADE PRÓPRIA, VISÃO QUE É TOTALMENTE INCOMPATÍVEL COM A DEFESA DE QUALQUER POLÍTICA IDENTITÁRIA E DE PROGRESSISMOS SOCIAIS QUE, EM NOME DE QUALQUER CARACTERÍSTICA MUTÁVEL OU IMUTÁVEL DOS INDIVÍDUOS, ESTABELECEM RANKINGS E PREFERÊNCIAS ENTRE ELES AO ABRIGO DE QUALQUER NOÇÃO DE “JUSTIÇA” SOCIAL;**

- **AS TRADIÇÕES DA SOCIEDADE, LIVRE E ESPONTANEAMENTE SEGUIDAS E ACEITES PELOS INDIVÍDUOS, E QUE NÃO PONHAM EM CAUSA A LIBERDADE E OS DIREITOS DE OUTROS.**

Correndo o risco de sermos injuriados de egoístas, de não-anti-racistas, de negacionistas, de objectivistas, de conservadores, de tudo e de mais alguma coisa, é isto, em suma o que nós esperamos da Iniciativa Liberal:

QUE DEFENDA COM UNHAS E DENTES, CONTRA TUDO E CONTRA TODOS, A VIDA, A LIBERDADE, E A BUSCA PELA FELICIDADE DE CADA INDIVÍDUO.

Estamos aqui hoje para que os nossos sucessores nunca nos acusem de cumplicidade com o enfraquecimento e a eventual extinção da Liberdade.

São estes os valores que orientam aqueles que redigiram e subscreveram esta moção e que, independentemente da inclinação doutrinária e ideológica de cada subscritor, entendemos serem os valores basilares dos Liberais e, conseqüentemente, do Partido que os representa.

É nosso entendimento que a defesa destes valores por parte da futura Comissão Executiva deve ir muito para além da comunicação nas redes sociais ou em alguma imprensa. Sempre que estes valores forem ameaçados, quem representa a Iniciativa Liberal deverá defendê-los sempre de forma urgente, eficaz, e inequívoca, no momento e local em que tal ocorrer, com total intransigência e convicção, sem medos ou tibiezas.

Lisboa, VI Convenção Nacional da Iniciativa Liberal

11 de Dezembro de 2021

Os Subscritores (ver página seguinte):

#	Nome	Nº Membro
1	Mariana Mendes Nina Silvestre	424
2	Catarina Isabel Marques Maia	61
3	Paulo Jorge Fernandes Nina Silvestre	460
4	Diogo João Cocharra Saramago Ferreira	466
5	Francisco José Luís Simões	615
6	Rodrigo Gonçalves Silva	952
7	Marco Augusto Alves Bousende	611
8	Alfredo Luis da Silva Vieira	3426
9	Andreia Cláudia Enes Godinho	736
10	Inês Margarida Micael Rosete	84
11	Miguel Carlos dos Santos Taveira	418
12	Paulo Jorge da Silva Vieira	421
13	Luís Filipe do Carmo Arcângelo	579
14	Daniel Filipe Vilhena Lúcio	1339
15	Tiago Luiz Moscoso de Vasconcelos	2464
16	Tiago Filipe Gaspar de Matos Ermida Reis	2607
17	Marta Cristina Belmonte Pereira	3775
18	Susana Inês Matinhos Marques	2459
19	Matilde Pereira Carrão	3776
20	Nuno Miguel da Silva Nóbrega Batista	1557
21	Gualdim José Dionísio dos Ramos	313
22	Rita Vilas Boas Montanha Pinto	36
23	Vitor Rui Santiago Marques Nunes	325
24	Sérgio Lopes de Figueiredo	417
25	Bernardete Raquel Veloso dos Santos	1370
26	Sílvia Margarida Lopes de Sousa	1056
27	João Luís Antunes Martinho Pinto	221
28	Liliana Patrícia Gonçalves Gomes	3400
29	Rui Pedro Costa Magalhães	3685

30	Nuno Filipe Agostinho Carrasqueira	1331
31	Ricardo Nuno de Almeida Prata	941
32	José Luís Parreira	1377
33	Elisa Catarina Chaves dos Santos	1948
34	João Carlos Lameira de Azevedo Neves	3305
35	Diogo Miguel da Cunha Borges Gonçalves Barreira	947
36	Claúdio Augusto de Araújo Gonzaga	1053
37	Francisco Bento de Sousa	1386
38	Sandra Raquel Costa Martins	1190
39	Beatriz Carolina Jordão Silva	621
40	Pedro Miguel dos Reis Fernandes	2508
41	Ivo Rafael Alves da Silva Camões	2453
42	Daniel João Teixeira Oliveira	2991
43	Pedro Miguel Ferreira do Amaral Patrício	598
44	Vitorino António de Carvalho Santos	2276
45	Manuel Mário da Costa	724
46	Luís Miguel Paiva Cardoso	1369
47	Tiago Miguel Gomes Mota	2672
48	Rogério Manuel Tavares Gomes	1086
49	Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo	2951
50	Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos	677
51	Pedro Hugo Teixeira Alves Moita Barata	2604
52	Luís Nuno Seixal Perdigão	877
53	Gonçalo Costa Cordeiro	1191
54	Luís Carlos Vieira	405
55	Flávio Artur Marins Ventura	931